

Stábile admite aumento dos preços de alimentos

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro da Agricultura, Amaury Stábile, disse ontem, após reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), que com o corte geral nos subsídios ao crédito rural, de 50% haverá um impacto inicial no preço dos alimentos ao consumidor. Segundo ele, até dezembro de 1983 estão previstas aplicações de Cr\$ 8 trilhões no crédito rural e em vez de 30% da parcela subsidiada de antes (70% do INPC), que dariam Cr\$ 2,4 trilhões, o governo passará a subsidiar a metade desse total através da fórmula de 85% de ORTN, ou seja Cr\$ 1,2 trilhão. Com isso, haverá uma economia, para o Tesouro Nacional, de Cr\$ 1,2 trilhão que poderão ser utilizados em investimentos.

Apesar dessa redução no subsídio, o ministro afirmou que a medida foi compensada com a queda dos juros de 8% (bancos comerciais) ou 12% (bancos de investimento) para uma taxa fixa de 3%. Isso associado ao fim do limite quantitativo de crédito dos bancos, que na agricultura era de 60% fará, na opinião de Stábile, com que o agricultor continue estimulado a plantar, mantendo equilibrada a oferta de alimentos.

Ele ressaltou que os custos mais caros do dinheiro estarão embutidos no preço mínimo, que poderá ser divulgado no mesmo momento em que forem anunciados os VBCs (Valores Básicos de Custeio). Referindo-se ao repasse do preço do alimento ao consumidor, o ministro da Agricultura disse que a contrapartida será a tranquilidade no abastecimento. "Pela primeira vez — justificou — não faltará dinheiro para o plantio. Não veremos mais o agricultor reclamando que o Banco do Brasil não soltou os EGFs (Empréstimos do Governo Federal), porque os bancos comerciais terão maior participação nos financiamentos."

Stábile disse ainda que a única forma de estimular o agricultor a plantar é dar preço e crédito, ressaltando que, havendo alimento, a concorrência funcionará como fator estabilizador de mercado. Além disso, o ministro acredita que com a correção monetária elevada o agricultor se verá na obrigação de lançar mão de recursos próprios. A formação de excedentes exportáveis continua sendo, de acordo com ele, uma das metas do setor.

O apoio aos exportadores será dado via leilões de subsídios em cima do produto a ser vendido no Exterior, através da Companhia de Financiamento da Produção (CFP). "As exportações dos produtos agrícolas também poderão ser prejudicadas pelo aumento do custo gerado pelo corte no subsídio", reconheceu o ministro. "Mas essa foi a única saída para combater o déficit público".

A fim de neutralizar isso, o governo optará pelo exportador que oferecer o produto mais barato, necessitando, portanto, de um subsídio menor. Os produtos nacionais, em seu local, são competitivos, mas, por falhas na infra-estrutura, especialmente transportes, chegam nos portos com preços mais elevados que os similares estrangeiros. Daí a necessidade de o governo dar um apoio ao empresário nacional neste momento.

Stábile informou, também, que será possível implantar, a partir dessa reunião do CMN, o Proinvest (Programa de Investimento) pois foram liberados US\$ 300 milhões (Cr\$ 150 bilhões) para esse item, sendo US\$ 100 milhões do Banco Mundial e US\$ 200 milhões do Banco do Brasil. Esse dinheiro será repassado ao Funagri (Fundo Nacional da Agricultura) e financiado ao produtor para abertura de novas áreas e compra de equipamento.

"ALTA DA INFLAÇÃO"

O ministro da Agricultura e o presidente da Comissão de Financiamento da Produção, Francisco Vilela, asseguraram ontem que a elevação dos encargos do crédito rural será levado em conta na elaboração dos preços mínimos da próxima safra, a serem aprovados na reunião de julho do Conselho Monetário Nacional juntamente com os novos Valores Básicos de Custeio. Os encargos aumentaram, mas o CMN manteve, em sua reunião de ontem, os limites de adiantamento do crédito subsidiado de 40% para os grandes produtores; de 60% para os médios; e de 90% para os pequenos, calculados sobre o VBC.

O corte nos subsídios provocará, "no primeiro momento, alta da inflação", admitiu o ministro da Agricultura. Mas reafirmou que, logo em seguida, com a eliminação das causas incontroláveis da inflação — emissão inflacionária de moeda e déficit público — os preços dos alimentos poderão baixar de "forma consistente e controlada".

PROTESTO

O representante do setor agrícola no CMN, Mário Stadler, disse ontem que, se o governo não adotar uma eficiente política de apoio à agricultura, nas áreas de insumos, investimentos e preços mínimos, a produção nacional cairá sensivelmente, em razão do corte nos subsídios.

Protestando contra a decisão do CMN que elevou os juros agrícolas, com o corte nos subsídios, Stadler disse que esse aumento no custo do dinheiro significa, na prática, elevação dos custos de produção, que precisam ser compensados por medidas adicionais, capazes de incentivar o produtor a continuar plantando.

Segundo ele, já que reduziu os subsídios, o governo precisa apoiar o setor agrícola com três políticas específicas: melhores condições para a aquisição de insumos; recursos suficientes para novos investimentos; e preços mínimos de garantia que cubram os custos de produção e garantam margens de rentabilidade para o agricultor.